PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

LIZANDRA SERAFIM

A luta das mulheres pela igualdade de gênero, ao longo das últimas décadas, vem modificando a configuração dos espaços institucionais e acadêmicos que são ocupados, majoritariamente, por homens.

Entrevistei Cristina Pacheco no dia 3 de dezembro de 2018, em um agradável café em uma livraria de João Pessoa, cidade onde ambas moramos e trabalhamos. Foi nosso primeiro contato, pois trabalhamos em instituições diferentes, como ela mesma frisa em sua entrevista: ela é docente na UEPB, eu, da UFPB. A entrevista foi sucedida por uma longa conversa e caloroso debate entre nós a partir das provocações feitas por Cristina ao longo da entrevista.

Cristina foi bastante receptiva ao projeto e às perguntas que guiaram a entrevista. Ela relata sua vivência do machismo ao longo de sua trajetória em diversas situações. Em sua reflexão sobre as situações vividas, Cristina observa que as mulheres são tratadas como menos relevantes ou secundárias nas discussões e deliberações entre colegas, mesmo quando são responsáveis por coordenar os trabalhos. Suas falas não são levadas a sério, são interrompidas, e os homens são tratados como interlocutores centrais nas discussões. Ela relata casos de *burnout* na academia relacionados a esse tipo de conflito entre colegas, que tem efeitos sobre as relações pessoais e de trabalho em um mesmo curso ou departamento por toda a vida, e afeta profundamente a vida pessoal, mental e psíquica dos envolvidos, com um peso maior para as mulheres.

Cristina optou por se dedicar com mais intensidade à sua carreira acadêmica e por não se casar ou ter filhos. Isso, de acordo com sua percepção, facilitou o equacionamento entre a vida pessoal e a vida profissional. Ela tem uma posição crítica à maternidade como vem sendo exercida atualmente pelas mães acadêmicas, por gerar uma enorme sobrecarga e penalizar mulheres que tentam manter a qualidade do trabalho ao mesmo tempo em que se esforçam para serem boas mães. Cristina é crítica a um feminismo em voga, pela forma como "enaltece" a maternidade e os atributos chamados femininos, mas falha em lutar pela garantia de condições para que as mães participem do mundo do trabalho de maneira satisfatória.

Ficou claro, do meu ponto de vista, a partir dos relatos e debates com as entrevistadas, a necessidade de acessarmos, refletirmos, compreendermos e combatermos os reais efeitos do machismo e suas marcas, que paulatinamente minam a nossa plena participação no mundo público e profissional.

A possibilidade do encontro com essas mulheres e do debate propiciado por este projeto foi, para mim, uma experiência marcante. Agregou novos elementos à minha reflexão sobre esse tema e sobre minhas próprias vivências, e sobre meu lugar e o lugar da mulher no mundo profissional. Agradeço à ABCP, às organizadoras da pesquisa e às entrevistadas pela oportunidade.

Auto-apresentação

CRISTINA CARVALHO PACHECO

Estou na carreira de professora desde 2001, quando comecei como Professora Substituta em uma universidade privada em Santa Catarina. Ingressei na Universidade Estadual da Paraíba em 2006 como Professora Visitante, fui aprovada em concurso em 2007 e, desde então, sigo na labuta, agora como Professora Associada do departamento de Relações Internacionais, ministrando aulas na graduação e no mestrado. Em 2008, fui convidada para integrar o grupo do INCT-INEU, liderado pela Unesp, e nele retomei meus estudos sobre o Judiciário dos EUA, iniciado ainda no doutoramento da Unicamp. A preocupação ali foi entender a participação do Judiciário, na figura da Suprema Corte dos EUA, na Guerra ao Terror. Essa agenda de pesquisa se tornou minha prioridade e permitiu uma experiência excelente no pós-doutorado em Washington, D.C., na *American University*, com Bolsa Capes *Fulbright*, em 2013-2014. Na UEPB, coordeno o Grupo de Pesquisa em Política Externa dos EUA (Gepexeua), composto de alunos da graduação e do mestrado daquele curso. E também participo do EnsinoLab em conjunto com outras professoras do departamento de RI, onde nos preocupamos em aprender novas técnicas de ensino para atrair os millenials. Já fui Pesquisadora Visitante na *Columbia University* (NYC) e na UCSD, em San Diego, CA. Em 2018, publiquei minha tese de doutorado em livro pela Appris: "O Supremo Tribunal Federal e a Reforma do Estado". Minha agenda de pesquisa atual se volta para a análise da política externa do Governo Obama para os Direitos Humanos, razão pela qual saí para *pós-doc* em junho de 2019 no Programa Santiago Dantas da Unesp.

Entrevista

Lizandra Serafim: *Boa tarde, Cristina Pacheco. Vamos começar pela apresentação da sua trajetória. Você poderia apresentar a sua trajetória profissional, sua formação, as suas filiações institucionais, como você veio parar aqui na UEPB [Universidade Estadual da Paraíba]?*

Cristina Carvalho Pacheco: Boa tarde. Meu nome é Cristina Carvalho Pacheco, sou formada em Direito pela UFSC [Universidade Federal de Santa Catarina], Florianópolis, e depois que me formei em Direito fui para a Ciência Política – decidi que o Direito não era minha área já durante a graduação. Já possuía uma trajetória de pesquisa na graduação, uma coisa que não era muito comum no Direito, isso nos anos de 1990, e resolvi fazer mestrado na Unicamp [Universidade Estadual de Campinas]. Na graduação, trabalhei questões de gênero. Foram quatro anos estudando o feminismo e crimes e atentados violentos ao pudor – levantei estatísticas e dados de violência contra mulher. Estudei muito teoria de gênero 20 anos atrás, mas me cansei um pouco disso por conta do objeto da pesquisa: eu era o objeto da minha própria pesquisa em certa medida. Nunca sofri nenhum atentado violento ao pudor, nem estupro, mas você repensa muita coisa da sua vida e isso me angustiava muito. O reposicionamento que isso causou... Cansei um pouco de me envolver nisso. Trabalhei com o marco teórico de uma professora – que acho brilhante – chamada Vera Andrade, lá da UFSC. O trabalho era assim: o sistema de Justiça Criminal duplica a vitimização da mulher e, na época, não muito diferente de hoje, uma das saídas dos movimentos feministas era a criação de tipos penais como solução. Não acho que não seja solução, mas na linha argumentativa, na linha teórica que trabalhava, precisava ter muita atenção com essa postura, porque tinha que tomar cuidado com esse sistema de Justiça Criminal que ia vitimizar. Existia uma cobrança, também, sobre você, porque sendo mulher que estuda gênero tem que estar no movimento feminista e isso tudo me cansou um pouco. E também me cansou esse objeto de gênero, porque estava me envolvendo muito com isso, passei a sofrer muito ao ler as sentenças sobre os atentados, sobre os estupros... Enfim, foi um processo emocionalmente muito desgastante e por esses outros dois motivos – de não acreditar na saída que o feminismo oferecia, ou de, no mínimo, ser crítica a isso, embora ache que a Lei Maria da Penha tenha tido seus bons momentos, teve questões positivas que não dá para ignorar – resolvi seguir outro rumo que era a política mesmo, pensar a Ciência Política, pensar o Estado e as instituições. Fui para o mestrado na Unicamp trabalhar com poder judiciário e Banco Mundial e continuei lá no doutorado para trabalhar sobre o Supremo Tribunal Federal – que é o livro que publiquei agora esse ano. Durante esse mestrado e doutorado, fiz ótimas relações pessoais, excelentes, e montamos um grupo grande de pesquisadores com essa interface entre Direito e Política. Esse grupo tinha umas oito pessoas, entre homens e mulheres, e cinco deles eram do Nordeste: Maranhão, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Costumava brincar com eles dizendo "tendo mar, tô lá" e não era essa a postura, em São Paulo, sobre o Nordeste – pelo menos de 1998 até 2006. Eles tinham uma postura muito crítica, ou seja, eram poucas as pessoas que possuíam essa abertura de dizer: "Eu topo trabalhar no Nordeste". Só que, para mim, tem que ter mar, porque sou de Florianópolis e preciso de água. Água era o único requisito que eu queria. E assim que me formei, em fevereiro de 2006, trabalhei um tempo no Rio de Janeiro, no Instituto de Segurança Pública [ISP], e dois meses depois fui contratada para ser do curso de Relações Internacionais aqui da UEPB – sou uma das fundadoras do curso, uma das pedras fundamentais. Vim para cá e foi muito interessante, porque não sabia que eu era de Relações Internacionais, para mim era da Ciência Política. E quando fiz a entrevista para montagem desse curso, me ofereceram a grade horária e, pela literatura que

havia lido, pela formação que tive na Unicamp, eu podia dar, das 40 disciplinas, 20. Conhecia a literatura de 20! Conhecia essa literatura, mas não a tinha lido com o marco teórico de RI [Relações Internacionais], que é o realismo, o idealismo com essa pegada. Eu era, inclusive, do Ceipoc, que é o Centro de Estudo Internacionais e de Política Contemporânea. Foi muito legal, em seis meses de formada já estava dando aula aqui e em um ano e meio fui efetivada da casa. E no caso da UEPB, em seguida já teve o mestrado, ou seja, ainda no início de carreira já estava dando aula no mestrado, portanto foi muito positivo para mim. João Pessoa apareceu na minha vida exatamente por isso: pela minha abertura para o Nordeste. Recebi a proposta de ser professora visitante daqui em julho de 2006, tinha defendido o doutorado em fevereiro de 2006 e a minha família sempre foi muito incentivadora dessa minha postura de fazer pesquisa, mestrado, doutorado... Minha mãe é uma intelectual formada, aposentada da UFSC, e ela falava: "não te preocupas, porque você geralmente vai levar dois anos para te efetivar em algum lugar"; me efetivei em um ano e meio, em seis meses já recebi uma proposta de ser visitante. Fiquei muito feliz, achei super-rápido, mas acho que estar aqui foi muito em função da falta de preconceito com o Nordeste, porque, quando recebi a proposta de ser professora visitante, estava no Rio de Janeiro odiando-o. O Rio de Janeiro, para mim – isso era março, abril, maio de 2006 –, era um estado falido já. O Rio de hoje, que dois anos atrás foi um choque para todo mundo, essa guerra civil que se instaurou, já existia em 2006 para mim. Eu falava isso e as pessoas me achavam negativa em relação ao Rio de Janeiro, porque isso acontecia no subúrbio. Não, não era no subúrbio, as tensões entre asfalto e morro, morro e asfalto já estavam postas. Inclusive, eu trabalhei no Instituto de Segurança Pública no Rio de Janeiro e ganhava uma bolsa da União Europeia que levei três meses para receber o primeiro pagamento, ou seja, o que faziam com esse dinheiro todo? Já havia corrupção ali dentro. Eu falava: "Meu Deus, onde está esse Estado? Que Estado é esse?". Eu trabalhava no prédio da Central do Brasil e não podia usar a carteirinha do Instituto de Segurança Pública, porque se alguém me assaltasse na rua e visse "Segurança Pública" eu poderia levar um tiro na testa. Para mim, tudo isso era a confirmação de um Estado falido em 2006, mas tudo bem. Quando recebi essa proposta de um emprego, liguei para os meus pais e falei: "Recebi uma proposta, salário compatível com qualquer salário brasileiro, para ser professora visitante, excelente". Os meus pais conheciam João Pessoa, conheciam várias cidades do Nordeste e os dois falaram, em separado, não foi uma coisa conjunta, quero deixar claro isso: "Vá!". Minha mãe falou: "Vá, que do Nordeste é uma das cidades mais agradáveis, mais bonitas de se viver, gostei muito quando estive lá". E a mesma postura foi a do meu pai. Foi assim que cheguei aqui. Não conhecia, nunca havia pisado em João Pessoa, cheguei e curti. A única coisa da cidade que acho chato – tem coisas na cidade que me incomodam –, a única dificuldade é o calor, o resto a gente resolve. Machismo, muito foco na religião... Uma mulher de 40 anos, solteira, que não teve filho e não é religiosa se encaixa onde? Não me encaixo em vários lugares aqui, mas isso não é problema, dá para achar os mecanismos. Agora, o calor, meu amigo, não tem solução! Ou você coloca ar-condicionado em tudo, ou... Sou de Florianópolis, o frio é fundamental, mas, enfim... Foi assim que cheguei aqui.

LS: *E como você descreveria seus principais interesses de pesquisa, as áreas de interesse, nessa trajetória toda e hoje também?*

CCP: Hoje sou do Ineu, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia [INCT]. Estudo os Estados Unidos, um dos poucos INCT em Ciências Humanas, e a UEPB participa do Ineu, assim como a UFPB [Universidade Federal da Paraíba], que tem dois professores. Além de mim da UEPB, tem a Ana Paula Maielo que também participa. Estudo os Estados Unidos desde 2008, já faz 10 anos. Na minha trajetória, mudei o meu foco de gênero para atores, processos e instituições – acho que esse é o mais correto de pensar. No meu caso, em particular, talvez por ser formada em Direito, gostava muito de entender essa caixa preta que é a Suprema Corte. Hoje, não estudo mais o STF [Supermo

Tribunal Federal], mas fui convidada a participar do Ineu justamente para tentar entender a Suprema Corte americana no tocante à guerra ao terror, que foram os artigos que publiquei. Por quê? Porque quando fui transitar do mestrado para o doutorado, o meu orientador, o Reginaldo Moraes, me propôs uma pesquisa excelente, que gostei muito, mas que não obteve eco nas agências de financiamento, que era estudar momentos de crises da Suprema Corte americana e da brasileira – já havia feito um estudo sobre o judiciário brasileiro no mestrado. Pelo fato da minha *expertise* ser o Direito, poderia entrar com mais facilidade nas sentenças, nos votos dos ministros, reler aquilo e traduzir para uma leitura política na verdade, que foi o que fiz um pouco no mestrado e muito no doutorado. O Reginaldo me propôs: "Por que tu não estudas a Suprema Corte americana na época do *New Deal*?". Houve dois *New Deals* na época do Roosevelt, nos anos 30, mas só conhecemos o segundo, na verdade. O primeiro, a Corte veta e o Roosevelt começa a pressioná-la para ter uma votação favorável e um dos instrumentos de pressão utilizado era de que ele mudaria a composição da Corte colocando mais seis membros, seis membros seus. Portanto, de nove ela passaria para quinze – toda Corte tem que ter número ímpar – justamente para ele conseguir a maioria que precisava para obter a aprovação do *New Deal*. Esse instrumento de constrangimento na alteração da composição de uma Corte, esse instrumento do executivo constranger o judiciário através da mudança de composição, é feito no Brasil também. Pensamos nisso, fizemos um projeto – estudei muito a Suprema Corte americana, já tinha estudado muito o STF – e o submetemos à Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo] e a outras financiadoras, mas não conseguimos aprovação. Refiz o projeto só com o STF e falei com o Reginaldo: "Reginaldo, infelizmente ninguém quer que a gente estude essa tensão entre os dois, então vamos estudar só o STF". Foquei no STF e consegui a aprovação. Quando o Ineu surge em 2008, na verdade ele começa em 2003 como um projeto chamado "Renato Archer", ganha cinco anos e em 2008 me convidaram justamente porque eu sabia de Suprema Corte americana. É uma coisa meio conjunta, meio endógena entre mim e meu orientador, pois não surgiu de mim estudar Estados Unidos, mas o interesse pelo judiciário sim. Hoje, não estudo muito o judiciário, estudo a política externa Americana – de dois anos para cá, estou mais focada em política externa. Depois que produzi meu *pós-doc* em 2014, que publiquei um artigo, o terceiro artigo, que chamo de trilogia – publiquei três artigos sobre os inimigos combatentes, o judiciário e a guerra ao terror, e finalizei com esse –, preferi me voltar mais para a política externa, ainda dos Estados Unidos, governo Obama, Direitos Humanos, um pouco o que estou estudando agora. É um pouco isso, não sei explicar muito. É organicamente que aparecem essas questões, acho.

LS: *E essa agenda vai permanecer por alguns anos?*

CCP: Vai. Inclusive acabei de voltar de São Paulo, onde estive por três dias justamente para a reunião anual do Ineu. A companhia aérea, infelizmente, cancelou a minha ida, fazendo com que eu perdesse as palestras do primeiro dia, mas fizemos uma avaliação, tivemos a discussão burocrática da agenda do Ineu para os próximos anos e ela será diferenciada no sentido de que, provavelmente, os INCTs não terão mais os financiamentos como tinham, posto que estamos assistindo a cortes desse novo governo, mudanças nas universidades, enfim todo esse cenário. Foi uma conversa até nostálgica, diria triste, do cenário futuro, mas a nossa agenda vai continuar, não pretendemos desmontar o Ineu, ele continuará existindo e tentando financiamento de outras formas. Vou para o *pós-doc* também, já completei cinco anos entre o intervalo de um e outro – voltei em 2014, em 2019 posso sair de novo –, provavelmente no Cedec [Centro de Estudos de Cultura Contemporânea], ou no Santiago Dantes, para estudar política externa para os Direitos Humanos no governo Obama. A ideia é tentar traduzir o que o Obama considera como política externa de Direitos Humanos para o que efetivamente é a política externa de Direitos Humanos, a proposta que ele tem, o que é feito e como isso é. Há uma série de questões superinteressantes aí. O Obama é *expert* em *drones*, ele era

considerado o presidente *drone*, que começou com o Bush, mas foi superutilizado com o Obama. É a guerra futura, com um *joystick* em um *container* na Califórnia você mata não sei quantas pessoas no Afeganistão entre civis e militares. O problema para os Estados Unidos, para a sociedade americana, são as guerras existirem com custo de fogo amigo, que matam seus soldados. Enquanto matar paquistanês e afegão, qual o problema? Não valem nada como raça, são considerados sub-raça para eles, não é? O Obama tem um discurso lindo de Direitos Humanos, uma proposta maravilhosa, uma retórica linda, porém matou não sei quantos com *drones*. Tem esse descompasso, queremos trabalhar um pouquinho isso. Não está muito claro esse desenho, mas a proposta é muito clara. Não sei o que vou encontrar ainda, mas a proposta é estudar o que ele declarou como política externa de Direitos Humanos e o que vamos encontrar aqui, esse descompasso entre os dois, entre esse discurso e os resultados, e o que, obviamente, é uma agenda humanitária que terá um *gap* muito grande entre esses.

LS: *Quais foram e quais são as suas principais influências, obras, autores, teorias, sobre o seu trabalho?*

CCP: Nossa, não sei dizer. É tanta coisa, são tantos autores... Não acho que tenha um autor só. Acho que muito mais os orientadores. É engraçado, há grandes obras e não consigo colocar, existem grandes autores que trabalhamos em várias áreas, como já trabalhei gênero, criminalização, direito penal, desde a minha trajetória no início da graduação até hoje. Tem o Direito Penal, que era um olhar meio marxista de que o sistema penal é seletivo, desigual e funciona para ser assim, essa eficiência dele é um marco. Ele tem uma teoria de etiquetamento que seleciona quais tipos penais devem ser. É eficaz para determinados tipos penais e ineficaz para outros, como os crimes do colarinho branco, em que é ineficaz; mas quando é um crime, por exemplo, contra o patrimônio, ele é extremamente eficaz. Vamos colocar nos casos que estudava: atentado violento ao pudor e estupro. Enquanto o estuprador é da família, ele protege muito bem; o estuprador sendo "o tarado do parque" – isso é, só 30% dos casos de estupro –, ele é extremamente eficaz. Há esse marco teórico, quem trabalhava era o Alessandro Barata, que tem várias fontes. E é muito engraçado, porque a Vera Andrade trabalha esse cara desde os anos de 1990. Fiz graduação em Direito de 1992 a 1997 e ela trabalhava isso. Quando chega ao Sudeste, ao Rio de Janeiro, ele ganha projeção para o resto do Brasil, inclusive é publicado pela Revan, isso já em 2 mil e tanto! As referências, para mim, são as escolhas com os profissionais que quis lidar. Por exemplo, o Reginaldo Moraes, esse grupo do Ineu, para mim, são uma referência muito grande com os autores que eles trabalham, com a capacidade de análise crítica que eles têm. Embora não me considere marxista, porque não compro o argumento marxista na sua parte mais profunda de revolução, mas a desigualdade de capital e trabalho não consigo esquecer. No meu caso, em Relações Internacionais, olhar o Brasil como semiperiferia do sistema posicionado em relação ao centro, e no caso os Estados Unidos como centro e como *hegemon*, isso, para mim, não consigo deixar. Tanto que cometo até algumas... Não sei se são gafes, não sei se são ingenuidades. Fui para *American University*, consegui *Fulbright*, tudo bem, tudo legal, só que volto, obviamente, tentando estabelecer alguns laços de produção conjunta e um americano. E a figura com quem trabalhei na *American* é muito bacana, já estava na minha banca de doutorado, se chama Matthew Taylor. O Matt é uma graça, é uma pessoa adorável, mas é um liberal. Não é um problema na verdade, é um liberal com um olhar muito simpático ao Brasil, é um brasilianista muito bom, mas ele não vê, por exemplo, que a política externa do país dele seja uma política externa de primazia. Eu o convidei para participar de um projeto meu, no qual a proposta era estudar a política externa americana como uma política externa de primazia. Não dourei a pílula e ele, obviamente e carinhosamente, se negou a participar, mas muito gentilmente. Depois percebi que tinha de ter dourado um pouco a pílula. Mas é o meu olhar, não tem jeito, acho mesmo isso e é um olhar marxista. O Reginaldo, o Sebastião [Velasco e Cruz], o Tullo Vigevani e o Andrei [Koerner], em particular, são figuras que tenho... O Andrei é um Foucaultiano, mas,

realmente, não adoto Foucault, o acho extremamente complexo e confuso. Já li várias vezes, mas é um método muito sofisticado – talvez seja essa a palavra –, sou mais cartesiana, mais positivista nesse sentido. As minhas referências teóricas são as referências teóricas dessas figuras que têm posturas profissionais muito corretas, então não saberia dizer exatamente, resulta naquilo que eles leem. Imanuel Wallerstein, por exemplo, é uma figura que marca muito. Há um cara nas Relações Internacionais que se chama John Mearsheimer. Para mim, ele é uma figura que explica o mundo brincando com a proposta e fico assim, gosto do Wallerstein e do Mearsheimer, que são dois opostos, portanto não sei dizer muito isso não.

LS: *Você contou com apoio financeiro e institucional para seguir nas áreas de pesquisa que te interessavam?*

CCP: Sim e não, depende do momento. Durante a graduação sim, mestrado sim, que, inclusive, tive bolsa Fapesp.

LS: *Graduação foi Pibic [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica]?*

CCP: Foi Pibic durante quatro anos, que é muito raro. No mestrado foi da Fapesp. Cheguei na Unicamp e, em agosto, já tinha a bolsa da Fapesp. E foi muito interessante, porque no doutorado e no intervalo do mestrado, tive outra bolsa, a *Júnior Scholar*, do Departamento de Estado Americano, para ser Pesquisador Júnior Visitante na Universidade de Columbia. Passei seis meses lá, foi fantástico! Tranquei o meu mestrado para passar seis meses na Columbia com financiamento do Departamento de Estado de um lugar chamado *Woodrow Wilson Center for International Scholars*. Voltei e entrei no Cebrap [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento], fiquei dois anos lá – terminei a Fapesp depois peguei a bolsa do Cebrap. Nesse intervalo, entre 2001 e 2002, começou a ter fortemente uma queda nas bolsas para o doutorado no Brasil, a Unicamp sente esse impacto e fiquei dois anos sem bolsa no meu doutorado. Inclusive, tive que voltar a Florianópolis. Cumpri os créditos, voltei a Florianópolis, trabalhei por lá – o que deixa praticamente o doutorado em suspenso – e foi o único intervalo que não tive financiamento. Em razão de uma denúncia, consegui uma bolsa de doutorado. Havia um homem que era pró-reitor em alguma universidade privada no interior de Goiás e ganhava 8 mil reais, alguém o denunciou e eu era a próxima na fila, portanto agradeço muito àquele que denunciou, que não sei quem é. Assim, voltei a Unicamp para me dedicar só ao doutorado. Depois, quando entrei na UEPB, vi que tem muita oscilação. Quando não tenho financiamento, todo ano proponho para o Projeto Universal ou Ciências Sociais – dos anos que tiveram – e você começa a perceber que de cada cinco você ganha um, é "sim e não", "sim e não". Cheguei aqui em 2006 com o convite muito forte para estudar o Banco Mundial, que era a minha proposta de mestrado, e adorei, porque adoro estudar Banco Mundial. Já conhecia, já tinha estudado, era fascinada, adoraria estudar o Banco Mundial, mas pedi financiamento durante quatro anos e nunca consegui, o que é curioso. Desisti de estudar Banco Mundial, decidi estudar outra coisa, foi quando apareceu o Ineu. Começei a estudar os Estados Unidos e começou a aparecer o dinheiro. É engraçado, você muda o seu objeto e o cenário muda um pouco, por isso que falo "sim e não", essa oscilação o tempo inteiro. Quando fui fazer o *pós-doc* na *American*, em 2013, com o Matthew Taylor, pedi bolsa ao CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] e à Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] *Fulbright*. A Capes *Fulbright* me negou, fui entrevistada e eles me negaram. Inclusive, desde que cheguei aqui, em 2006, sou da Federal, nunca da Estadual, é muito engraçado. Ou sou da Federal de Pernambuco, ou da Federal da Paraíba, é muito divertido. Nunca me confundiram quando estava na Unicamp. Foram oito anos na Unicamp e sempre fui da Unicamp. Aqui é: "Ah, você é da Federal?", "Você é da UFPE?", sempre tenho que corrigir. E na entrevista da Capes *Fulbright* também teve isso: "Como está a

situação na Federal?" e eu: "Pois é, na Federal não sei, mas na Estadual...". Até brinquei com o entrevistador, expliquei essa história que estou te explicando e falei da importância de ter uma bolsa *fulbright*, porque sou de uma universidade mais periférica ainda que a UFPB, mas a bolsa foi negada e decidi ir com financiamento próprio. Tirei dinheiro do meu bolso, com o dólar a R$ 2,87, e fui, porque achava que tinha que ir, era o momento de sair e se não fizesse esse esforço pessoal eu não iria crescer. Estava estudando os Estados Unidos daqui, de uma periferia que não tem acesso a materiais e dependendo de PDF legal de amigo que está em universidade "X" nos Estados Unidos, ou de senha ilegal ou... Estava cansada de fazer isso e mudei meu esquema, falei: "Vou com meu o dinheiro". Me organizei, obviamente tinha dinheiro para ir, e fui. Cheguei lá em setembro de 2013 e em novembro recebi uma ligação da *fulbright*, porque eu tinha ficado em sexto lugar – e eu não sabia –, havia cinco bolsas e a quinta pessoa desistiu. Não lembro o nome dessa pessoa, mas gostaria de agradecê-la, pois graças a ela pude viver muito bem os outros meses. E a UEPB liberava seis meses para você ficar fora se não tivesse bolsa e um ano se tivesse e a minha saída ficou condicionada...

LS: *Mas com rendimentos ou sem rendimentos?*

CCP: Com rendimentos, sem rendimentos não tinha condições. Na UEPB, você pode sair para licença capacitação, com o rendimento, portanto. Saí com rendimentos, me organizei, fiquei quatro meses vivendo de beber água em bebedouro, comer no bandejão de lá; enfim, voltei a vida de mestranda, que não vivia há dez anos, o que é muito difícil depois que você tem um certo padrão de vida. De dezembro em diante, que foi quando recebi a primeira *Fulbright*, pude guardar meu salário, então ficou maravilhoso. Costumo brincar que tinha que ter posto uma dedicatória no artigo que produzi: "agradeço a pessoa que desistiu", porque mudou completamente e muito! Com a bolsa ficou tranquilo e pude, inclusive, ficar por um ano lá. Foi maravilhoso, muito bom. Ter o financiamento da *Fulbright* foi um marco muito forte. Um marco pessoal, na minha carreira. Foi muito importante ter essa conquista.

LS: *Isso seria uma pergunta minha: como tem sido o financiamento para bolsistas, Pibic, orientandos de mestrado, doutorado, na sua trajetória?*

CCP: Tranquilíssimo. Na UEPB, por exemplo, curiosamente esse semestre nós tivemos 13 bolsas no nosso departamento, o que é muito bom.

LS: *De pós-graduação?*

CCP: Não, de Pibic. De pós-graduação já tivemos que fazer uma seleção especial, porque havia bolsa sobrando. Mas não quer dizer que temos 40 bolsas, é que temos 7 e, às vezes, selecionamos 6 pessoas. No nosso caso, em particular, a UEPB recebe 2 ou 3 aprovados, aprovamos entre 8 e 12, fica uma média de 10 por ano no nosso mestrado – e sempre tem um funcionário público e funcionário público não ganha bolsa. Sempre tem duas pessoas que são funcionários públicos, então precisamos de oito bolsas. Nesse caso, já tivemos que fazer editais e, também, tem sempre uma desistência por ano – uma pessoa tem um problema pessoal, ou na família, ou desiste por alguma razão –, tem acontecido, e assim não tem faltado bolsa.

LS: *E essas bolsas são de origem estadual ou federal?*

CCP: Pois é, são de origem federal. Estou tão curiosa de como vai ser agora... Não é ruim. A Fapesq, que é a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba, dos 12 anos que estou aqui, é o primeiro edital que ela abriu, ou seja, ela nunca teve dinheiro. Na UEPB conseguimos pouca coisa,

alguns conseguiram. Havia o edital específico para a UEPB, mas, no departamento de RI, um determinado grupo conseguiu e o outro grupo não, podemos dividir assim. Acho que o nosso cenário tem sido bom, não tem sido ruim de serem duas bolsas, tem sete, oito bolsas. É um cenário bem positivo, mas com 10 aprovados, que fique claro, pois há outros mestrados que são 30, 40 aprovados.

LS: *É, nós temos menos bolsas. Mas estamos no começo. Temos cinco bolsas.*

CCP: Ah, também queria frisar, porque acho importante – parece que fico vangloriando o meu currículo, mas a pretensão não é essa –, que sou a única que trago uma bolsa pessoal, que é via Ineu; sempre um dos meus orientandos é bolsista Ineu de mestrado. Agora vai acabar, provavelmente. A minha atual bolsista do Ineu vai ser a última, pois a nossa expectativa nessa última reunião do Ineu é zero. Eles ainda nos devem, mas a expectativa é muito negativa em relação ao novo governo, por isso acho que acaba. E também tem isso: dessas sete, oito bolsas, uma é minha, na verdade. Mas não sei dizer quantas são, se são todas federais, ou se são cotas da PRPGP [Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa], porque também tem isso, parceria da Paraíba com a Capes – sei que tem algumas que são híbridas. Não sei se tem isso, esse detalhe desconheço. Mas temos conseguido bastante bolsas, não temos dificuldade diante dos aprovados que temos.

LS: *Agora vou entrar no bloco que vai trabalhar a sua trajetória acadêmica e a sua vida profissional. Como sua trajetória profissional foi, se foi, afetada por sua vida privada e vice-versa?*

CCP: Não sei dizer, elas meio que se sobrepõem. Nesse momento, a minha vida privada está afetada, cheguei ao desgaste da academia. Tivemos uma tentativa de submeter um projeto de doutorado, porque era nosso caminho, inclusive, necessário, até em certa medida, para a evolução do nosso programa e isso fez, obviamente, provocar algumas baixas. Tivemos que pegar aqueles professores que possuíam pouca produção, ao que já começou uma discussão, porque não tínhamos claras as regras e, cá entre nós, a Capes também não deixa muito claras essas regras. É muito complicada a postura da Capes, ela nos ajudaria se esclarecesse. Tem algumas regras, mas ela não tem várias regras de pontos etc. muito claras. Você preenche o Sucupira e entende melhor, mas ela não tem uma legislação, uma portaria que diz "150 pontos para"... Temos algumas dificuldades disso, o que é publicação, o que é Pibic, o que é edital universal, você tem que ter isso ou não, isso vale tal... Entendo que isso pode ser questionado do ponto de vista numérico, mas os critérios têm que ser objetivos de alguma forma. Eles se tornam subjetivos e se tornam problemáticos para "A" ou para "B". A ausência desses critérios causou uma tensão muito grande lá dentro, não conseguimos doutorado por questões técnicas. A Capes alegou que dois dos professores contratados tinham contratos de trabalhos inadequados e nos mandou solucionar aquilo, só que não tínhamos como solucionar, porque os fornecedores desses contratos não forneceriam o documento que a Capes queria – um era Oxford e outra PUC-Minas [Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais]. Tivemos um problema sério com isso, o estrago já estava feito. Tivemos que mexer com alguns professores e alguns egos, o que gerou um desgaste muito grande lá dentro. Fica clara a dificuldade que você tem para crescer na academia. Isso é muito comum, eu sei; essa briga em particular que ocorreu conosco não é uma briga particular nossa, todo programa de pós-graduação, quando tem que enfrentar esse passo... Como lá no início, quando não tínhamos nem regimento. A UEPB tem essas coisas bizarras: abrimos o mestrado em 2008, 2009 e ainda não temos regimento em 2018. Aprovamos nosso regimento acho que em 2016. O regimento que tínhamos era ridículo, falava em física, química, tivemos que corrigir aquele regimento às pressas para aquele mestrado ser aprovado na Capes. Nem sei como foi – não me interessa também. E tivemos que fazer as regras, todos os professores participaram e fui eu que coordenei o regimento – inclusive guardei todas as versões de

cada um deles para deixar claro que ninguém deixou de dar a sua sugestão. Acho isso importante também: um processo bem aberto, bem democrático, bem participativo de construção das regras daquilo que vai ser o funcionamento do mestrado nos próximos anos diante das regras que tínhamos disponíveis. Obviamente, fomos corrigindo e quando chegou na proposta de doutorado faltaram essas regras objetivas de credenciamento, descredenciamento... Montamos uma comissão e isso gerou uma briga horrorosa e afetou muito a minha vida pessoal. Estou cansada da academia, se pudesse saía da UEPB agora, ia embora. Na verdade, isso aconteceu em novembro de 2017; se eu pudesse, teria ido embora em novembro, porque isso gerou uma briga, inclusive entre mim e uma amiga de 12 anos. Infelizmente, tivemos que brigar, foi uma coisa muito chata, muito desagradável. Esse foi o único momento que afetou realmente a minha vida pessoal, o resto acho tranquilo, você tem que saber dosar. Para mim, é tranquilo assim. Mas não tenho filhos, não sou casada, creio que seja um pouco mais fácil essa fórmula. E eu gostava muito do meu trabalho, de fazer o que fazia, era completamente apaixonada por ele. Nesse momento, para mim... Fui até fazer outro curso em outro lugar, aprender a desenhar, porque, se eu pudesse, me livraria da UEPB. Mas não posso. Se pudesse teria ido embora e mudado a minha vida.

LS: *E ao longo da sua trajetória como estudante, tem algum evento que a marcou, o efeito de uma vida sobre a outra?*

CCP: Tiveram os momentos que acho que todo mestrando e doutorando passa, que é um desgaste emocional muito grande. Isso é supernormal na nossa carreira. Particularmente, como a minha mãe é intelectual também, é professora universitária, já fez mestrado, não fez doutorado, inclusive pelo desgaste emocional que iria sofrer, creio que esses desgastes emocionais, em algum momento, por exemplo, vai te levar a consultar um médico, a buscar um apoio um pouco maior em determinado momento. Na minha família, a minha trajetória pessoal foi vista com muita naturalidade, porque isso é normal, para minha mãe é normal. Ela olhava e dizia: "Não, isso é normal, Cristina, não tem problema", até fica brava comigo, porque não me considero tão normal. Não gostaria de ter que passar por esses altos e baixos emocionais. No frigir dos ovos, acho tranquilo, não acho tão problemático porque, para mim, é considerado normal. Ninguém gosta de se ver em situações de fragilidade, como essa que estou agora com vontade de largar a universidade e ir embora. Me dei dois anos, de novembro de 2017 até novembro de 2019, se não mudar o meu vínculo emocional com o meu trabalho, com a minha vida, com as minhas coisas, vou embora daqui. Largo a universidade, a minha carreira, a minha aposentadoria possível – porque sou estatutária, é uma boa aposentadoria –, porque não vou viver os próximos 10 anos para me aposentar dessa maneira. Está absolutamente desagradável a universidade nesse momento, tanto que o meu alívio é que vou sair para o *pós-doc*. Espero que dê tudo certo, porque esse desgaste que foi provocado agora em novembro de 2017 é absurdo. Se você quer ter um doutorado precisa ter alguns custos, mas os egos são tão grandes que eles não aceitam. Sei que é normal, que é aceitável, só que, para mim, tirou o gosto de prazer que academia dá. Como a minha mãe é da academia, já sabia dessas chatices todas, mas tirou o gosto, ficou um gosto amargo na boca; aquela pastilha do trabalho que era bem gostosa ficou desagradável. Não quero mais ficar aqui, estou pelo trabalho, não estou na Paraíba por uma questão pessoal nem particular. Por que ficar aqui se não está prazeroso? Já me coloquei uma meta: se não melhorar, vou embora. Não vou viver meus próximos oito anos esperando aposentadoria chegar, é um custo emocional muito alto, mas estou tentando achar formas de sobrevivência. Então, sim, nesse momento houve um fato profissional que afetou profundamente a minha vida pessoal, profundamente... E acho que diz muito sobre os colegas, porque esse é um problema que também é padrão, não é nenhuma novidade. E qual é esse problema? Você montar um departamento, no qual vai trabalhar 30 anos juntos. Assisti – até por conta do governo Lula ter criado várias universidades – muitos departamentos serem criados nesse intervalo de tempo, assisti departamentos serem

criados aleatoriamente, com um "critério" meritocrático, brigas acontecerem nesses departamentos em determinadas universidades e, inclusive, escantearem a pessoa que criou aquele departamento, uma coisa muito triste – um amigo pessoal ficou completamente escanteado de um curso no departamento que ele criou com muito carinho e cuidado, o que é uma coisa absurda! Também assisti departamentos serem criados por colegas que montaram seu grupo – ou seja, a meritocracia foi para o ralo – e estão superbem, com departamentos ótimos, produtivos... Fico pensando se, no fundo, é isso que tem que ser feito: você montar o seu departamento com aquelas pessoas que, por alguma razão no passado, trabalhou três, quatro anos em uma universidade privada em Santa Catarina, por exemplo. Vocês se deram superbem, você veio para Paraíba ou Brasília ou Roraima, não interessa, monta o seu departamento ali e, de repente, você tem um grupo de amigos. É assim que devia ter sido? Essa é a melhor fórmula no final? Puxa, acho equivocado, mas hoje, assistindo, fico: "É, não está tão equivocado". Por quê? Porque você tem que colocar esse custo de 30 anos juntos. Meu departamento, hoje, é rachado, tem dois grupos que antes eram cordiais e agora não se suportam em função dessa crise do mestrado. Tem três grupos na verdade, porque teve o racha do mestrado e os que não estão nem aí para o mestrado que é o departamento, tem um grupo de seis ou sete que não estão vinculados ao mestrado. Mas com esse racha, que até então eram cordiais esses três grupos, o bloco dos não alinhados – brincando com a expressão que é de Relações Internacionais – teve que se alinhar. Rapidamente migraram para "A" ou "B", porque houve um constrangimento geral e "A" e "B" não se falam mais e está muito ruim. Como você vai conviver daqui por diante? E você tem 10 anos juntos ainda com essa galera? Tem pessoas que lidam bem com isso, mas eu, por mim, vou embora. É que não posso entregar a chave e ir embora assim. Mas é isso, é um custo meio alto.

LS: *Por ser estadual é mais difícil você pensar em uma transferência, porque se fosse federal você ainda conseguia.*

CCP: Uma remoção.

LS: *Uma remoção...*

CCP: Eu aceitaria. Já pensei até em fazer um concurso. A Unipampa abriu vaga em Relações Internacionais, estou quase indo para lá fazer o concurso, o problema é que meu salário cai quase pela metade. E por que não espero mais um ou dois anos? Porque não sei se terá concurso para federal. Que seja, ganhar uma aposentadoria proporcional de 20 anos com qualquer coisa e vou embora. Mas o cenário atual é esse, de completo desgaste pessoal e vontade de ir embora por um problema profissional. A vida profissional afetou mais a vida pessoal do que o contrário.

LS: *Te entendo. Acho que todos da área vão ter alguma história para contar de raiva de departamento.*

CCP: É, a minha mãe também tinha, no departamento dela, o seu racha, por isso acho que é tão comum. Mas quando você está lá dentro, e a pele é a sua, se torna muito difícil.

LS: *É, inclusive no meu também teve essa situação... Você acredita que a relação entre a vida privada e a atuação profissional se dá de maneira semelhante com seus colegas homens?*

CCP: Ah, completamente diferente. Diria que 80% dos meus colegas homens não sofrem. Tenho até certa inveja, não do falo, porque nunca quis ser homem na minha vida, sinceramente. Aquele discursinho de que "mulher menstrua, homem não menstrua, queria tanto ser homem" não tenho isso, nunca tive; mas essa maneira de lidar com o trabalho... Que não sei se é masculina, não sei se aprendemos a sofrer mais, realmente não sei. Por exemplo, no nosso departamento, a facilidade

com que os homens lidam com essa crise é hilária, é engraçadíssima. Os comentários, a tiração de sarro, o tipo de brincadeira, a gozação... Só um deles se deprimiu, sofreu, o restante está tranquilo. Tranquilo não, não gostaram, mas é visível que estão lidando bem com aquilo, não sei explicar; e todas as mulheres estão em situações horrorosas! Tenho duas colegas que estão indo para psiquiatra como eu. Uma já foi, na verdade, a outra está quase indo, porque não tem estrutura emocional para lidar com aquilo. Independentemente do meu caso, talvez seja porque não tenho suporte emocional aqui, por estar sozinha, mas elas têm. Uma é casada, tem marido, tem a família aqui e não está aguentando a situação, está muito pesada. Acho que seja a situação da síndrome de Burnout. Creio que o que vivemos aqui, neste momento, nestes últimos seis meses na UEPB, chama-se síndrome de Burnout. Tive exatamente a cena clássica. Em uma das reuniões a briga era tanta, era tão pesada e eu era uma das coordenadoras, mas, curiosamente – só para registrar –, bateram muito mais no homem do que em mim. É interessante, porque eu era a presidente da Comissão de credenciamento e culpabilizaram ele. Fui eu que tirei uma pessoa e mexi na outra. Eu não, porque é uma Comissão, mas sou a presidente da Comissão e culpabilizaram quem? O coordenador do curso.

LS: *Por questões anteriores?*

CCP: Lemos dessa maneira, entendemos que sim, mas por que não culpabilizaram a mim, que foi quem deu a caneta final? Eu assinei o documento. Isso é muito interessante; para mim, é um caso concreto de questão de gênero, a mulher é completamente ignorada. Fiquei completamente culpada da briga, mas isso não quer dizer que me poupei dela. Fui poupada, a briga não foi comigo, embora estivesse envolvida, mas uma postura minha ajudou um pouco a contribuir para isso. Infelizmente, cometi alguns equívocos de confiança, de amizade de 12 anos, então aprendi muito com isso. Perdi uma amizade de 12 anos com uma amiga que foi uma das afetadas, mas culpabilizaram completamente ele. Em uma dessas cenas, tive a reação clássica de síndrome de Burnout: a reunião estava lá, estavam batendo nele, no homem, e quase terminando a reunião não aguentei ficar até o final – pois foram duas horas de ataque –, nos últimos 10 minutos me levantei e fui embora, fui ao banheiro, chorei e falei: "Quero ir embora daqui!" – que é clássico da síndrome de Burnout, teu esgotamento com o ambiente de trabalho. Eu quero ir embora daqui, não quero ficar, por que estou aqui? Passar isso agora, que emprego que vale isso, você ficar nessa baixaria? Por isso pensei: "Vou embora" e me dei dois anos. Se em dois anos não olhar para isso e dizer: "grandes porcarias os egos, a criança mimada", enfim os motivos pelos quais aconteceram não passarem, vou embora. Mas, para mim, foi uma situação bem típica de gênero, bem clara e de síndrome de Burnout. E esse meu colega, o coordenador do mestrado, que foi quem levou toda a pancada, obviamente caiu um pouco, mas ele tem seus mecanismos. Na semana seguinte ele estava ótimo. Achei tão interessante, você via nele que estava tranquilo, "não, já resolvi essa questão" e eu sofri, ainda sofro até hoje (risos). Considero sim que os homens conseguem, por alguma razão que não entendo qual é, 80% deles conseguem... Não sei se foram criados para isso, não sei qual a razão, mas é muito interessante, muito interessante mesmo.

LS: *Mas você buscou ajuda profissional para lidar com isso?*

CCP: Sim, na hora, assim que identifiquei. Infelizmente, demorei em identificar, não queria ter chegado tão longe. E já aconselhei uma amiga que está no mesmo caminho que eu, falei para ela procurar ajuda antes que chegue a um ponto pior. Sim, já procurei ajuda profissional. Como falei, a minha mãe é do meio acadêmico e quando contei para ela a história logo falou: "Isso tem cara de síndrome de Burnout, filha" e me contou a história dela, que teve uma situação muito parecida no departamento em que trabalha e ela sabe que tem outros professores que estão como eu, esgotados. Resolvi procurar um médico e me ajudou nisso.

LS: *Agora vamos para o terceiro bloco, que é sobre a condição de mulher na Ciência Política e as avaliações sobre esse campo disciplinar no Brasil. Como você avalia os caminhos da academia e mais especificamente do campo da Ciência Política no Brasil nas últimas décadas? As virtudes, os limites...*

CCP: Isso é muito interessante, porque é um mundo fortemente masculino e não sei se hoje está menos, não sei qual é a estatística disso para nós, qual é o percentual de mulheres na CP [Ciência Política] e qual o percentual de homens. No caso do Direito, em particular – vou contar um pouco isso, porque acho legal –, lembro que na faculdade éramos 53% de mulheres do corpo de alunos. Já havia pesquisa sobre isso. Lentamente íamos ocupando quadros – que, no Direito, isso tem um peso interessante. Não acho que, necessariamente, se transforma em conquistas para a mulher, mas isso pode ser interessante. Os juízes, os promotores, os "cargos de poder" do Estado sendo ocupados futuramente por mulheres porque, inclusive, rendem melhor, são mais aplicadas, aquela coisa toda do estudo, da cobrança. No caso da academia, sinto que hoje tem, talvez, um *gap* geracional muito grande, mas que não sei se é sentido só pelas mulheres. Por exemplo, teve um fato que ocorreu quando era aluna na Unicamp; havia um professor que fazia piadinhas, dava uma aula maravilhosa, mas fazia piadinhas como "mulher aquece no fogão e esfria na pia. Hahaha" e depois da terceira piadinha misógina, machista dele, soltei uma piadinha em cima – talvez pela minha trajetória de ter estudado gênero, não sei –, virei para ele e soltei uma gargalhada na sala de aula, mas uma gargalhada obviamente jocosa e ele nunca mais soltou piada enquanto eu estava presente. Gostei muito disso: pode pensar o que tu quiseres, mas pelo menos, enquanto eu estiver presente, faz o favor de não estragar a aula soltando essa piadinha machista. Isso aconteceu uma vez e como gostava muito dele, não queria romper, não queria mais ter que ir à aula e quando ele soltou a piadinha eu fiz assim "ha-ha-ha" a sala riu muito! Todo mundo riu e ele nunca mais soltou piadinha nenhuma, quer dizer, deixei claro o que achava das idiotices dele. Mas acho que tem questões, como vou dizer... Não consigo analisar muito friamente, mas, por exemplo, convites que ocorrem para professores homens que não ocorrem para você. Não entendo direito, fico meio confusa. Um exemplo, o que assisti nessa minha trajetória: tenho um bom rendimento, só que vim para uma universidade na "periferia do sistema", uma universidade periférica, e tenho colegas de Unicamp que tiveram trajetórias muito piores na própria Unicamp do que eu e que foram para a Unifesp [Universidade Federal de São Paulo], digamos, para Federal do ABC; mas como é Sudeste, eles são altamente convidados e frequentemente reforçados, inclusive reconhecidos nacionalmente hoje. Fico pensando: "Engraçado, eles eram muito piores do que eu, muito mais fracos, muito menos estudiosos, cometiam mais equívocos, escreviam mal..." Pequenas coisas assim que fazem você pensar por que será? Será por que são homens? Por qual fator? Por que estão no Sudeste e o Sudeste tem isso, essa perversidade de reproduzir – na minha visão do marxismo – a relação centro-periferia? Porque é isso que acontece. Não sei dizer... Por outro lado, quem foi convidada para participar do Ineu no primeiro momento fui eu, não foi ele que também estudava os Estados Unidos. Então, por que a figura "A", "B", ou "C" não está no Ineu, mas estava comigo no mestrado, que tem condições de estudar os Estados Unidos? Por que sou cota do Nordeste? Será que é por isso, ele não seria? Ou por eu ser mulher? Não sei, fico pensando nesses fatores. Por isso falei em *gap* geracional, porque quando você olha, por exemplo, os professores que hoje estão na faixa dos 60, 70 anos, tem a piadinha machista do fulano na sala de aula tal. Agora, quando você olha essa faixa, por exemplo, do Andrei – que é 10 anos mais velho que eu, tem uns 50 e poucos anos – já não tem isso. O Andrei é uma figura muito tranquila em relação a isso, muito consciente, muito crítica dessa questão de gênero, LGBT, até pela temática que ele trabalha, que são os Direitos Humanos. Percebemos isso nas reuniões. O tipo de reunião que sentamos com um Ineu mais velho, não que seja machista, não quero dizer isso, mas tem um *gap* geracional na dinâmica da reunião quando os mais velhos conduzem. O tipo de reunião que o Andrei senta com a gente é outra, é muito tranquila muito solta é muito brincalhona. Não existe a piada machista, não existe a piada contra o japonês, contra negro,

o gay e nem poderia, porque é um grupo de Direitos Humanos. Não sei muito bem explicar isso, como é e quais são os fatores. O que acho interessante, e adicionaria isso, é o peso que a instituição tem. Por exemplo, até 2010 participei de muitos eventos organizados pelo Andrei em função da minha tese. Ia e mostrava a pesquisa sobre o judiciário, sobre o STF. Como fui me distanciando disso, a minha trajetória foi mudando, parei de participar desses eventos jurídicos, porque não estudo mais o judiciário brasileiro. Obviamente, não fui mais "convidada" e nem tinha que ser, porque não tenho mais dados para oferecer, mais pesquisa, mais reflexão. Mas assisti, por exemplo, em vários eventos desse, como falei, uma fulana de tal ou um fulano de tal, nesse caso uma mulher, por ser da FGVLaw, apresentar um trabalho sem nunca trazer um dado empírico, mas sempre trouxe dados só na fala: "25% disso do Judiciário faz isso, 27% do Judiciário faz aqui". Cadê os dados, qual era o universo que ela pesquisou, quais são as fontes, cadê as tabelas? Achava isso superinteressante e uma vez comentei com o Andrei: "Poxa, já é a terceira vez que vejo essa pessoa falar, mas nunca vi um dado, nunca vi o banco de dados dela, nunca vi nenhuma tabela, ela não faz para a apresentação". Mas é da GVLaw, então todo mundo aceita. A Cristina da UEPB? Será por que a Cristina da UEPB tem que provar todos os dados, deixar disponível banco de dados, tem que explicar todo o acervo? Ninguém questionava a GVLaw. Acho interessante, porque tenho esse caso da Unifesp, tem o caso da GVLaw. Nem atribuo muito a gênero, atribuo ao peso que a instituição tem. Acho muito interessante porque, aqui no nosso caso, temos a sombra da UFPE, brincando com a situação. Tenho um diálogo muito bom com eles, não trabalho diretamente, porque não consigo. O Marcos Costa Lima já me convidou para trabalhar com ele, porque como trabalha a China e está no Instituto Ásia, ele gostaria muito de saber o olhar dos Estados Unidos para a China e eu também adoraria saber, só que não tenho condições de conduzir duas pesquisas, teria que parar e pensar só Estados Unidos e China e não tenho nem uma equipe para isso. Falei para ele que adoraria trabalhar, mas ainda não é meu momento, estou nesse olhar para a política externa do Obama para Direitos Humanos, mas quando conseguir olhar a China, quando quiser parar essa, vou olhar a China, porque trabalhar com o Marcos é ótimo, é uma figura ótima! Marcelo Medeiros, Ernani Carvalho, gosto muito de trabalhar com essas figuras, são pessoas muito boas. Temos uma troca intensa, eles vêm constantemente à UEPB para bancas e eu, o Alexandre [Cesar Cunha Leite], o Paulo Kuhlmann, a Andrea Pacífico vamos constantente para a UFPE para bancas. É uma troca muito bacana. E eles mesmos falam que hoje são nota seis, mas produzem para sete com certeza. A Capes vai dar sete para uma periférica? Tudo bem, ela é o centro do Nordeste, uma das melhores do país e eles até brincam – e é uma fala pública – dizendo que são seis, porque são do Nordeste, se fossem do Sudeste seriam sete, brincando com a ideia de que já são sete de tanto que produzem. Portanto, não sei muito bem atribuir isso, se é gênero, periferia, institucional, ou se o Sudeste ainda concentra tanto poder assim. Se é seleção do gênero, se a garota gostosa tem mais chances de crescer na academia do que a garota que não é gostosa, que é o meu caso, a gorduchinha baixinha. O que seria isso, qual é esse fator? Não sei, não consigo ver isso com tanta clareza, não sei como se analisa isso.

LS: *A segunda pergunta desse bloco vai na linha que você já começou, mas vou fazer da mesma forma. Como sua trajetória individual como professora/pesquisadora se situa nesse quadro mais geral do desenvolvimento da disciplina? Se quiser fazer mais algum comentário sobre isso.*

CCP: É isso mesmo que já falei. Mas o que sinto, realmente, não é tanto o ser mulher, não sinto isso. Sinto assim, coordeno junto com um coordenador homem e batem no homem e não em mim. Tem horas que até acho bom que batam nele e não em mim (risos). Se já sofri do jeito que sofri sem baterem em mim, imagina se tivesse sido o alvo? Mas sei por que sofri, não foi exatamente porque bateram nele, mas porque eu conduzi mal. Como presidente da Comissão, deveria ter uma postura diferente. Aprendi com isso. Mas... Não sinto o peso do gênero tanto na academia, acho que isso é contornável. Agora, claro, vou à reunião do Ineu e sinto o *gap* geracional. Para os mais velhos, parece

que quando falo sou a menininha, nem me ouvem, mas quando o aluno queridinho deles fala... Ou eles até pedem. Tu tens que levantar a mão e conseguir falar, mas o menininho que já foi terceiro orientado – graduação, mestrado e doutorado – por eles é "Fale, fulano, fale". Tem isso, mas é besteira. Não recebo bolsa igual? Houve um tratamento desigual naquela reunião, na qual me ofereci para fazer tal coisa e ninguém considerou, ou na qual propus algo e não levaram em consideração? Houve e já aconteceu duas vezes, mas foi negado algo que solicitei formalmente ao Ineu? Nunca. Seria diferente se tivesse assistido irem bolsas de mestrado para fulano, beltrano e sicrano e eu nunca ter recebido uma. Aí sim é, concretamente, um tratamento desigual, só que isso não ocorre. Por um lado, na academia, isso não ocorre. Agora, você tem um *man interrupting*, os homens te interrompendo a toda hora. Já testei vários mecanismos para isso em reuniões de departamento. Geralmente, brigo, sou mais da raiva, mas tenho ficado mais calma nos últimos anos, oito anos briguei e quatro anos fiquei calma. Depois que voltei do *pós-doc*, reformulei muito a minha visão sobre o trabalho, essa é a verdade, virei mais cínica em relação a ele – e me lembro de uma situação em particular que falei e fui interrompida umas três vezes e o que fiz? Cada vez que ele me interrompia, eu pegava a fala de volta e dizia: "Então, como estava falando antes de me interromperem" e ele me interrompeu de novo e eu: "Continuando a dizer aquilo que tentei, mas me interromperam" e na terceira vez que ele me interrompeu o departamento inteiro disse: "Deixa ela falar!". Achei muito engraçado. Já testei a briga e, às vezes, fico como a grossa da reunião e testei esse mecanismo mais tranquilo e rapidamente compraram a minha dor, o *man interrupting* foi logo reprimido. Me diverti horrores com aquilo. Faço esses testes de fala, acho muito divertido, e, no meu caso, a minha avaliação foi: a saída mais diplomática foi a melhor.

LS: *Eu já estou anotando suas dicas (risos).*

CCP: Achei muito legal, pois na terceira vez nem o deixaram falar. Quanto a minha fala, geralmente tenho a seguinte postura em reunião: falo muito pouco. Não é breve, é uma fala. A reunião leva duas horas? Tenho uma fala nela, não sou uma pessoa que fala muito. Claro, não sou a coordenadora principal, não sou a chefe do departamento, não sou coordenadora de curso, portanto a minha fala é perpendicular e entra em momentos pontuais, meu padrão é esse, sou mais objetiva – até porque acho reunião algo muito chato, quanto mais rápido terminar melhor. Mas, dessa vez, ri horrores por dentro, pois o mecanismo foi mais efetivo. Hoje, faço isso. Daquela vez para cá, é raríssimo me interromperem em reunião, porque vou usar esse mecanismo e vão levar. E quem era essa figura que me interrompia? Uma pessoa mais velha, com seus 60 anos, que era do Direito, veio brigado lá de Campina Grande e tinha esse *gap* geracional. Hoje já faleceu. Mas aconteceu isso e a geração atual, os meus colegas que têm a minha faixa etária ou até mais novos, é tranquila, não tem isso tão marcado.

LS: *Como você avalia a sua condição de mulher na academia e, especificamente, na Ciência Política?*

CCP: Avalio da seguinte forma: nos ambientes profissionais do Brasil atual, um dos menos misóginos – não é que não seja – é a academia, até porque a equiparação salarial é óbvia, não tem como pagarem menos por ser mulher, o que acontece em outras áreas. O que acho que ocorre é a mulher ainda ser penalizada quando resolve, uma vez efetivada, construir uma família, vejo muito isso. No meu caso, que não tenho na minha trajetória o objetivo de ser mãe, não sofri, não vivenciei esse processo; mas tenho assistido isso com as minhas amigas, as minhas colegas pessoais. Como vão construindo as suas carreiras? Também uma questão geracional. Por exemplo, a minha mãe casou e teve filho para depois fazer carreira. O que significa isso? Que primeiro ela casou, teve filho e depois fez faculdade. E como, no caso, minha mãe era uma das melhores alunas da faculdade, assim que terminou a graduação e se formou, abriu um concurso para cinco vagas e ela passou só com a

graduação e foi efetivada para professora universitária. Em 1982, a minha mãe era professora da UFSC somente com a graduação. E começou a trajetória dela na universidade, só que eu já tinha sete anos de idade. Quando ia para a faculdade, me levava. Eu era mais nova e meu irmão já tinha 10 anos, para ele era outro esquema. Com 10, 11 anos nós já andávamos de ônibus sozinhos – estamos falando dos anos de 1980 – e nunca aconteceu nada com nenhum dos dois. Portanto, minha mãe fez isso, que era muito comum da geração dela: ser mãe primeiro para, só depois, pensar na carreira. Hoje não. Hoje você cuida da sua carreira, efetiva, acha uma estabilidade financeira e vai ser mãe – isso as menos loucas, as que são mais de organizar a vida, porque tem a louca que tem o filho no meio do doutorado ou do mestrado, com 17 anos, enfim tem tudo isso. Sinto que essas mulheres são ainda mais penalizadas do que gostaria de olhar e por quem? Por todos, não vou nem tachar "pelos homens" ou "pelas mulheres", mas quando o rendimento cai existe uma cobrança da sua produção, da sua ausência, da sua postura... Como comentei antes, assisti dois parâmentros: o modelo da garota que trabalhava com um ritmo de 120 – ela era um tanque! –, teve filho e passou a trabalhar 90, o que é uma dificuldade imensa, para ela, trabalhar assim. Ela ainda continua produzindo acima da média, talvez até mais do que eu produza, que não tenho filho e não sou casada, ou seja, que não tenho essa absorção que um filho traz – até porque não é compartilhada essa relação, cai muito sobre a mãe o "ônus de". Não é só a amamentação, mas o ônus de criação ainda cai muito sobre a mãe no Brasil de uma maneira geral. Ela demorou a entender. Hoje, o filho dela tem dois anos e depois de ficar bem adoecida inclusive, ela conseguiu entender que não vai mais trabalhar a 120, tem que trabalhar só a 90, o que ela continua fazendo, pois conseguiu achar uma fórmula muito interessante. Infelizmente, assisto um enaltecimento da maternidade, que acho assustador, por mulheres se proclamando feministas – então, para mim, Simone de Beauvoir foi enterrada. Elas esqueceram que a condição feminina é uma condição que a sociedade que te coloca. Elas enaltecem a amamentação... Não estou dizendo que não é importante, por Deus, óbvio que é! Mas existe uma poposta de amamentar até os dois anos, ou até quando a criança quiser e fico pensando como você vive dois anos sem dormir? Quem aguenta isso, qual ser humano aguenta isso? Para a criança não isso, não aquilo... Não sei, tem tantas teses: a OMS manda amamentar até os dois anos; a mãe quer o peito livre... Já vi peitos livres de maneiras diferentes. Já vi amiga médica com peito livre e o filho dimimuir a amamentação aos cinco meses, começar a perder peso e ela, médica pediatra, tomar Plasil para aumentar o leite e, assim, segurar o menino no peito por mais tempo. Ora, mas a minha interpretação de peito livre é peito livre. O menino deveria estar sendo alimentado e não no peito, mas ela forçou o peito nele. Pela importância dos seis meses? Não, pelo vínculo emocional que ela tinha com aquilo obviamente. E as amigas médicas dela a criticaram por isso, por ela ter tomado Plasil. Entende o que quero dizer? Assisto mãe serem mães desde os 15 anos de idade, porque meu irmão teve filho com 18, e as mães dessa geração de quando eu tinha 15 anos – estou falando de 1985 até 1990 e poucos – eram mais... Não sei se a palavra correta seria "tranquilas" em relação a isso. Era algo assim: "Ai, que bom! Oito meses e já acabou. Meu filho está parando o peito da noite, agora posso dormir" e tranquilamente. Um ano e meio e a criança já não queria mais mamar. A geração atual é uma coisa de que tem que comer orgânico, que acho superlegal, mas viver nessa neurose da vida? Se o orgânico fosse encontrado ali, fácil, acho ótimo, mas vou à feirinha das cinco da manhã para encontrar. A vida vai se tornado uma coisa tão neurótica com isso tudo. Se fosse fácil, não me incomodaria, mas os obstáculos que isso coloca e a maneira como é tratado, querendo ou não, isso me incomoda. A neurose com que isso é tratado me incomoda. Se fosse algo superlegal como: "Nossa! Achei um produto superlegal orgânico na feira das cinco", mas não, é "menina, tive que acordar às cinco da manhã para ir à feirinha". Para mim, muda a chave. Não acorda mais, se isso te custa. Está fazendo pelo teu filho? Não, acorda às cinco horas porque tu queres um produto orgânico para ti que seja legal. Então vai às dez horas e compra com uma bela toxina, porque já respira carbono o tempo inteiro mesmo. Para mim, tem umas coisas que são neuróticas demais. Elas usam a casa para trabalhar, assim como essa que o ritmo é 90%

também usa a casa para trabalhar, porque não tem família aqui, não tem apoio, não tem isso, não tem aquilo, mas produz 90%. Antes ela trabalhava 80 horas semanais, hoje trabalha 45h, é assim o ritmo dela. As outras, tenho certeza que não fazem 30 horas semanais, estão mais preocupadas em brincar com a filha à tarde. Como estávamos conversando, o filho tem que fazer isso, ou você quer levar seu filho, quer dar uma condição de vida, então põe no Kumon, põe em tudo, não tem problema, agora pega o seu texto e lê enquanto está no carro, dá conta disso de alguma forma, porque o nosso emprego nos permite isso. Fica uma coisa que, para mim, é um pouco angustiante. A trajetória da mulher na iniciativa privada e a trajetória da mulher na iniciativa pública começa a ter um *gap* tão grande, porque a mulher na iniciativa pública tem seis meses de maternidade, enquanto na iniciativa privada tem quatro; a mulher na iniciativa pública, no nosso caso, que não temos muito... E mesmo os que têm, porque minha mãe foi professora universitária e na universidadezinha dela é bem legal a estrutura, os espaços de trabalho, e ninguém aparecia para trabalhar. Às vezes, tu tens a sala bonitinha e não pisa lá, isso acontece também. No nosso caso, eu trabalho em um contêiner que, alías, é bem legal, vou falar a verdade. Prefiro o contêiner às salas que oferecem lá, porque as unidades daquelas salas são muito ruins. Mas qual é o problema de trabalhar lá, por que trabalho muito pouco lá? Tem um colégio. Dou aula na Estadual da Paraíba e é um colégio. Trabalho à noite, sou uma das poucas efetivas que trabalham nesse turno, porque os professores têm medo de dar aula à noite naquele bairro, e os alunos pediram que os melhores professores dessem aula à noite, assumi à noite e não saio mais, adoro dar aula nesse turno. Só que gostaria de começar a trabalhar uma ou duas horas da tarde e ir até umas nove da noite, porque rendo mais estando lá, só que à tarde tem o colégio. Imagina, 300 adolescentes, como vou estudar e trabalhar naquele espaço? Não tem como. Estamos construindo um prédio lá agora, o governador do estado vai dar um espaço para eu poder trabalhar, finalmente, depois de 12 anos de João Pessoa e o prédio não vai ter dois andares. Uma vez comentei para um dos professores que seria legal que as salas do pessoal do curso de Relações Internacionais, dos efetivos, ficassem do lado oposto ao colégio, ele me perguntou por que e respondi "porque precisamos de silêncio". E comentei que fui a *Princeton* e a sala dos professores fica no terceiro andar, eles trabalham olhando para um bosque. Tem coisa mais deliciosa do que isso? E *Princeton,* em Relações Internacionais, sãos os maiores, que é o Keohane e o Nye, todos os grandes passaram por lá e na própria *American University* as salas são lindas. Quando me ouviram falar assim, acharam que eu era fresca. Falei: "Poderíamos fazer na quina oposta ao prédio e por umas árvores ali", aí sou fresca, a Cristina quer plantinha. É, quero plantinha, quero ter uma sala que possa ter uma vista e que possa trabalhar olhando o céu, a luz, a planta... Por que não? Isso é um problema? É, é um problema, porque mato custa muito caro, não é? Plantar é muito problemático, acho muito interessante isso. E não sei se teremos essas salas com as plantinhas que eu gostaria, acho que não. Já pedi um espaço para virar meu jardim, que eu mesma vou fazer, para ficar mais simpático o contêiner. Por isso gosto do contêiner, pois é gostosinho dentro. É simples, mas muito agradável. É uma precarização do espaço de trabalho? Sem dúvida, mas diante do precário que temos antes... E no caso dessas mulheres, por exemplo, eu trabalho em casa e, às vezes, meu gatinho passa e brinco com ele, ligo a televisão, a vizinha bate e vou cuidar de alguma coisa para ela, enfim as possibilidades de dispersão são inúmeras. "Ah, mas no trabalho também ocorre". Ocorre, mas é diferente. No trabalho, a dispersão não será tão agradável quanto é na sua casa. Fico imaginando essas mães que ficam o tempo inteiro com seus filhos, eles ficam doentes e elas não absorvidas por isso, porque como você vai cuidar se o menino está com febre? Como você vai render no seu trabalho se a cada hora você tem que ver, alimentar a criança... O rendimento vai cair. Particularmente, percebo, de um lado, que elas estão penalizadas por isso; e, por outro, que elas não se preocupam em render, não assumem a consciência de que não produzem 40 horas semanais, e ganham para isso. Então, abram mão da dedicação exclusiva já que não produzem. Estou falando isso, particularmente, por causa da briga que tive no mestrado. Foi exatamente por isso. A pessoa não publica e depois reclama, briga, cria um ambiente – reforçado pelo outro grupo –

no espaço de trabalho insustentável hoje em dia, porque se dedicou 30 horas há quatro, cinco anos aos seus filhos. Entenda esse processo, reconheça os seus limites, não culpabilize a universidade por isso, ou a Capes pelos critérios injustos – que acho que devem ser questionados, mas é outro momento. Para nós, UEPB, questionarmos a Capes, temos que estar lá dentro. Portanto, o nosso mestrado tem que continuar existindo e para isso temos que seguir os critérios da Capes. Primeiro seguimos os critérios, depois brigamos com ela. Primeiro entra no sistema. Brincando assim, o marxismo também tem isso, o Gramsci também tinha isso, o intelectual orgânico. Entramos no sistema, mas tentamos subverter isso. Se não estivermos nem lá dentro... No meu caso, não me surpreenderia se em oito anos o mestrado fechar. Essa é a minha avaliação mais negativa, não é determinante, não acho que isso vá acontecer, até porque a comissão de credenciamento resolveu tomar uma postura nesses últimos tempos, até em razão da briga que ocorreu. Resolvemos nos sentar com cada um dos professores permanentes do mestrado e os colaboradores e conversarmos sobre a produção que eles têm tido para, no final do quadrinho, eu não chegar para aquele professor e dizer: "Sinto muito, mas você está fora". Avisamos: "Já são dois anos, faltam 100 pontos e você precisa publicar", fizemos essa política agora. Dois professores se negaram a sentar conosco. Se negaram não, o correto seria "já sabem todas as regras da Capes e não precisam conversar". Ou seja, já sabem todas as regras, então não vão se surpreender depois se não atingirem a pontuação – que não têm, inclusive; têm zero. Todos que têm zero se negaram a conversar conosco. É preciso que entendam que se não se dedicavam é importante que saiam, porque senão o mestrado fecha. Nosso mestrado é nota quatro; temos 50% dos professores do mestrado produzindo para a nota cinco até sete, temos 50% que mal fazem a nota quatro e precisamos de 70%. Somos 10 professores e a Capes aceita 3, ou seja, 30% com uma produção baixa, mas não zero. Esse cenário precisa ser repensado, não gostaria de tirar um quatro na próxima avaliação, quero tirar um cinco. A nossa projeção é quatro e três, espero estar errada, vou adorar. Acho que o cenário é um pouco esse, de mulheres que produzem, têm obstáculos e são penalizadas injustamente; mas têm mulheres que se aproveitam. E nesse feminismo maluco de enaltecimento de uma maternidade que não entendo – não é que não entendo a maternidade, não sou mãe, mas estou dizendo outra coisa; para mim, jogaram no lixo a Simone de Beauvoir –, enaltecem a mulher e não as conquistas femininas, enaltecem, exatamente, os elementos da mulher. Tenho muita dificuldade de entender esse novo feminismo, que, para mim, não tem nada de feminismo. Ou o meu feminismo ficou 20 anos atrás, quando estudei gênero; não entendi essa evolução até hoje. Vejo esses dois espaços, essas duas mulheres: uma sendo penalizada, mas em nada deixando a desejar como profissional e de alguma forma se cobrando e sofrendo algumas cobranças até injustas; e a outra querendo todos os benefícios de ser mulher, que a sociedade olhe para ela com todos os benefícios. Está bem, vou te olhar com todos os benefícios, mas se você fizer o seu trabalho. Sei que é difícil ser mãe, inclusive fiz a escolha de não ser talvez até por isso, por assistir amigos e meu irmão serem pais muito cedo e sei o quanto é custoso. Mas no momento em que você assumiu, que encarou a maternidade, achava que ia ser fácil ter filho? Essas mesmas aqui falam: "Ah, Cristina, é tão difícil". Descobriram a pólvora, acharam que ia ser fácil? Claro que não, fácil não é. Ainda mais em uma sociedade machista que fica com 80% do trabalho. Tenho muito dificuldade de lidar com isso, sou bem crítica dessas mães que se utilizam da estrutura pública, porque na iniciativa privada – e pouco me importa a iniciativa privada – já estariam demitidas faz tempo. Acho que tem que olhar com muito cuidado, pois a iniciativa pública, os empregos públicos, permite essa flexibilidade de trabalhar em casa, que acho ruim, na verdade. Se você trabalhasse seis horas na universidade, produziria mais do que trabalhando oito em casa, tenho essa opinião, pois falo por mim mesma.

LS: *A pergunta seguinte você já se antecipou...*

CCP: Ah, desculpa.

LS: *Não, melhor ainda. É que estamos com uma estrutura interessante de questionário, está funcionando, mas farei novamente para você complementar. Como você avalia ou percebe a importância que vem adquirindo as demandas relacionadas a gênero, nos últimos anos, no mundo do trabalho? Inclusive nas nossas instituições a exemplo das cotas, das denúncias de assédio? Aproveitando para botar uma questão minha, você falou de "outro feminismo". Se você pudesse especificar essas diferenças... Você deu exemplos, mas talvez tentar formular um pouco do que é isso que você enxerga de mudança dessas demandas, de como as instituições estão acolhendo essas questões, para além desses exemplos.*

CCP: Uma coisa que acho importante, por exemplo, na minha faculdade, na Estadual da Paraíba *campus* cinco, as mulheres não se organizaram para algumas questões. Eu não sou mãe, não vou levantar essa bandeira, sinto muito. Mas já parei para pensar: por que elas nunca demandaram, da universidade, uma creche? Tem lá 40 professores, com certeza 50% são mulheres; desses 50%, com certeza 10, até mais – isso sem contar as funcionárias, 20 são só professores –, têm filhos pequenos. Corre para deixar em creche, corre para deixar ali. Tudo bem, o colégio dá conta em um momento, mas e o outro intervalo de tempo, como resolve isso? A UEPB tem funcionários especializados, ela é grande em Campina Grande, onde tem um monte de funcionários querendo morar em João Pessoa. Tragam uns dois pedagogos, um funcionário ou treina um deles, enfim não sou eu que tenho que levantar essa bandeira, acho um absurdo eu, que não sou mãe, ter que levantar essa bandeira. Ou alunas que precisam amamentar, alunos que precisam deixar o filho na creche, por que não têm uma salinha lá para isso? Uma sala própria, com condicionamento, piso adequado, com estrutura, as vacinas em dia, enfim organizem essa bagaça. Elas não fazem, nunca sentaram para levantar esse tipo de questão. Essa é uma demanda que vejo ocorrer em universidades consolidadas, por exemplo. Foi assim que surgiu o Núcleo de Estudos Infantis da UFSC, exatamente por essa demanda, e isso nos anos de 1980. O *campus* cinco, que tem 12 anos, não demanda isso. Eu já teria demandado, porque, pelo menos, eu poderia render seis horas. Pegaria o meu filho na escola, o deixaria e trabalharia um pouco. Ele estaria a dois metros de mim. Qualquer coisa vou lá e olho. Só no dia que ele ficasse doente... Porque sabemos que tem aquelas mil doencinhas no ano. Isso é normal, mas é diferente. É diferente estar na minha sala trabalhando e meu filho estar ali perto. Veja bem, não sou mãe e ainda tenho toda essa ideia, aquelas mulheres não pensaram em nada disso? Não sei se já pensaram. Há umas funcionárias e professoras, principalmente funcionárias, que são muito articuladas e uma delas tem um filho de três anos, por que ela nunca pensou nisso? Já demandou e eu não sei? Não sei, vou perguntar a ela. Já assisti isso e fico pensando por que elas nunca pediram. Agora terá um prédio novo, mais salas irão aparecer. Eu já teria pego a assinatura de todos, inclusive eu assinaria, porque uma universidade tem que ter esse espaço. Vejo esse lado, essa... Não é nem uma conquista. Por exemplo, teve a ABA [Associação Brasileira de Antropologia] aqui uns anos atrás que teve espaço de amamentação. Só agora que a ABA foi pensar nisso, mas começou e acho importante que tenha. Na reunião do Ineu, achei um barato, tinha uma menina com uma filhinha de quatro meses, ela entrava e saía com a filha no peito o tempo inteiro e assistiu a reunião do Ineu, ninguém ficou incomodado com aquilo. Acho isso legal, essa naturalização. Mas isso é mais fácil aqui no Brasil, por exemplo, nos Estados Unidos – país que conheço muito bem –, amamentar em público é quase um crime. Mostrar os seios, mesmo com a fraldinha em cima e o bebê, é proibido. Mas, na universidade que trabalhei, por exemplo, tem uma sala de amamentação com uma poltrona, uma almofada redonda, com espaço para aquecer, um micro-ondas, inclusive uma sala sem janelas – triste até, não é? – mas tem. E tem que ter a poltrona adequada, porque, para eles, é absurdo estar conversando com você e você estar amamentando. Acho que até é crime no estado de Nova Iorque. Eles têm umas pegadas meio malucas, mas, ao mesmo tempo, criam condições para você amamentar. Aqui, acho que tem um pouco isso, elas deveriam criar essa demanda. Já percebo em alguns lugares, como a ABA, um evento grande criar condições para as mulheres amamentarem enquanto participam do evento. Acho isso bacana. Mas percebo, também,

porque a UEPB nunca criou, essa defasagem na articulação das mulheres. Se dizem feministas, brigam por um interesse, mas, de repente, uma bandeira que é altamente legítima, não levantam. Mas vou confirmar se levantaram ou não, porque não sei, mas acho que nunca levantaram. Ao mesmo tempo em que assisto essa incorporação... Estou incomodada porque não tenho lido material. Minha mãe até me deu um livro de presente da Angela Davis, que é uma das grandes papas atualmente do feminismo, mas não o li. Inclusive é fininho, mas não parei para ler até porque tenho medo do que vou encontrar. Se esse feminismo atual estiver enaltecendo essa maternidade assim, vou ficar tão triste... Tenho certa dificuldade com isso, porque não acho que tenhamos que nos masculinizar para conquistar direitos, não acho que seja isso. Mas tenho receio – é como sinto isso mesmo – que ao incorporar esses valores maternos, essa... Seria diferente se visse os pais também sendo grandes, entende? Seria diferente se eu assistisse o homem também crescendo nesse espaço. Uma coisa é você dar dois anos de leite para o seu filho com o seu marido ao lado, na hora em que ele só te acorde para dar o peito, mas está ali o resto do tempo dormindo mal com você, aí sim eu estaria vendo a evolução do feminismo, mas não vejo isso. Vejo essa mulher cada vez mais incorporando o valor do orgânico, o valor da mãe, o valor da fralda não sei das quantas para não criar resíduos maiores, mas é ela quem lava a fralda com coco. No final, para mim, não mudou a estrutura, porque ela só muda quando o homem estiver junto com você nesse processo, mas se ele não está... E não está porque, muitas vezes, você não permite que ele esteja. Vejo isso nelas, por exemplo, o marido leva a filha ao banheiro, mas ele não faz isso direito. Será? Limpar uma criança é tão difícil assim, requer tanto intelecto? Não, ele faz direito, mas, no final, você acha que só você faz direito. Você mesma está desqualificando o homem e sendo machista, já assisti uma feminista fazer isso. Essa feminista que enaltece o leite, os dois anos de peito e que não dorme não sei quanto tempo, não permitir que o marido limpe. Essa cobrança de "não, vou ter que ir lá eu, porque voê não faz direito!", para mim, está sendo machista. Não vejo o homem crescer com ela, a vejo fazer isso, aquilo e os filhos são maravilhosos! Um intervalo aqui, porque isso que não tem nada a ver com misoginia: os filhos de hoje são todos gênios, do zero aos dois anos são brilhantes! Fico pensando que são todos de classe média, estão na escolinha, são motivados, os brinquedos são educativos e os pais são inteligentes, a conversa é sofisticada e o vocabulário é bacana. Essas crianças são estimuladas 24 horas por dias, 7 dias por semana. É óbvio que já desenvolveram um monte de coisas. Quero ver esses "Einsteins" quando tiverem 30 anos, já que são gênios agora. Tu percebes que tem um discurso muito... Que não tinha quando meu irmão teve o filho dele e não tinha quando a minha amiga de 25 anos teve o filho dela. E não é da mãe. "Ah, Cristina, é do teu mundo", não sei se é do meu mundo, talvez seja, porque tenho uma amiga que contei essa história e ela comentou isso: "É do teu mundo, são as tuas amigas". Para mim, isso é assustador. Brinco: se ele é de classe média, bem alimentado e bem tratado, vindo de uma mãe e um pai bem alimentados, se ele tem brinquedinhos com cores, se foi estimulado, está no berçário, o que você espera que ele faça? Que se desenvolva bem, desenvolva frases bem entruturadas – a filha de uma amiga minha pronuncia a frase corretinha com quatro anos de idade. Sujeito, verbo e predicado, a coisa mais linda, uma fofura! O que esperar se os pais falam corretamente? As conversas são inteligentes, os pais estão em casa, são presentes, participativos, os avós falam bem; é uma quarta geração de pessoas bens instruídas, têm vocabulário... Como não vai falar corretamente? Ela está nesse meio, absorve isso. Enfim, penso muito nisso. Essa maternidade, esse feminismo que vejo essas mulheres dizerem seguir – não sou eu que estou as chamando assim, mas sim elas que se denominam assim –, para mim... Cadê o marido? Não ocupa 30% do espaço que ele deveria ocupar, não do espaço 50-50. Assim não dá, para mim, não tem feminismo nenhum.

LS: *Ficou mais claro o raciocínio, obrigada. Mas você focou bastante na questão da maternidade. Queria te provocar para tratar de outras questões. Dessas demandas que vêm aparecendo mais, as discussões das cotas, dos assédios... Como você tem visto o crescimento dessas questões, se houve ou não...*

CCP: Tenho visto sim. Infelizmente, aqui na UFPE teve um caso recente de denúncia de assédio e veio uma vivência, já que estudei com isso 20 anos atrás e acompanho, com uma certa distância, mas acompanho. Sabemos que quando uma mulher cria coragem para denunciar – porque isso é um processo extremamente difícil – vem uma leva, as outras se encorajam e vem um efeito manada, que considero altamente positivo. Aqui, recentemente, teve na UFPE um caso desses. Sinto que nos últimos 15 anos, ou menos, não sei se em razão da legislação, mas existe um empoderamento feminino. Ao mesmo tempo em que tem isso, tem outro lado que talvez até produza esses efeitos perversos que coloquei da mãe. Mas tem o empoderamento em que sentido? A mulher se sentindo mais legitimada para, mais apoiada, com maior suporte para e assim se encoraja e faz! Acho legal, é a mulher ocupando mais espaços, tendo mais voz. Aqui na UEPB, temos duas histórias tristes de feminicío, claramente feminicídio. Temos o caso da Brígida que, inclusive, tem um Coletivo com o nome dela. Ela tinha um marido do qual se separou e no processo de divórcio, com ele já separado dela e já fora de casa, ele foi "visitá-la" e a matou a facadas. Era nossa professora aqui do *campus* cinco. Ele fugiu, filho de uma família famosa da Paraíba, ficou foragido no Acre e depois se entregou à justiça. Isso para não ser preso em flagrante, pois seria muito pior o processo judicial se fosse. Se entregou à justiça com um advogado presente. Isso fez com que a UEPB criasse o movimento chamado Coletivo Brígida, que levantou uma série de demandas. Esse Coletivo é bem atuante, tem umas 20 garotas e alguns professores que participam e organizam bastante coisas como palestras, eventos... Acho bonito, são demandas bem legítimas. Mas, ao mesmo tempo, sei de um professor que dá em cima de aluno, colega meu de departamento. Já tem cinco alunos que foram assediados, meninos e meninas, e nada foi feito. Inclusive os conheço e já coloquei que damos todo o apoio, quero que venham conversar comigo, mas eles não vêm. Começam a se esconder até desisitir da faculdade. Gostaria muito que esse professor sofresse as penalidades. Isso ainda não conseguimos que ocorra, mas, quem sabe, no futuro, lentamente. Noto que tem um processo até internacional, assistimos aquelas mulheres em Hollywood tirando um poderoso como o Harvey Weinstein, da Weinstein Brother's; Hollywood aparecendo e mulheres com uma trajetória fantástica tendo coragem de falar sobre isso, então acho interessante porque acaba empoderando, dando coragem a outras, vejo isso de maneira muito positiva, mas ainda há esses contrastes, que considero normal, o processo é esse mesmo. Quando morei nos Estados Unidos, agora em 2013 e 2014, aconteceu um negócio muito interessante comigo: entrei no ônibus e sentei perto da janela, sentou ao meu lado esquerdo uma garota na faixa de 20 anos e na minha frente também – morava em *Georgetown*, um bairro tranquilo próximo à universidade e de classe média alta em *Washington, D.C.*. A nossa esquerda sentou um rapaz negro que fazia um movimento estranho, se contraia... A primeira vez olhei, pois senti um olhar na nossa direção. Olhei para ele, depois olhei novamente, assustada e a menina ao meu lado também olhou quando olhei pela segunda vez e voltou rapidamente o olhar como se fosse aquele "ai, meu Deus, eu não vi". Ele estava se masturbando enquanto olhava para nós. Aí olhei para ela e perguntei se aquilo era um pinto, em inglês, e ela ficou escondida, não sabia o que dizer e eu assim "meu Deus do céu!". Estávamos quase no fundo do ônibus e me levantei rapidamente porque pensei: "Meu Deus, eu com meus 25 anos de idade nunca teria coragem de brigar por isso!". Claro que não fui brigar com o rapaz, me levantei, peguei as minhas sacolas de supermercado, fui até a frente do ônibus e falei com a motorista: "Tem um rapaz mostrando o pinto ali atrás". Quando fui fazer isso, o rapaz saiu pela porta dos fundos e perguntaram como ele estava, perceberam o rapaz saindo, pois estava bem na minha linha, quando levantei, ele também se levantou. O que achei interessante nesse processo, que acho importante relatar, pois, em certa medida, o Brasil tem mais isso do que tinha antes, é que rapidamente eles olharam para mim – tanto a mulher motorista, quanto o funcionário que estava lá – e já chamaram a polícia. Me questionaram se tinha certeza do que vi, foi a única pergunta que fizeram, eu confirmei e, inclusive o descrevi – e falar inglês em uma hora dessa é uma coisa horrorosa, pois você não lembra nada. O que gostei é que fizeram essa pergunta e, a partir dali, não me questionaram mais e tomaram todas

as providências, e não sabia que a motorista tem contato com a polícia. Ela já avisou o ônibus de traz, que ele tinha acabado de entrar, e ligou para a polícia na mesma hora. Interessante, não é? E eles me agradeceram várias vezes por eu ter falado, porque as duas meninas que viram o que eu vi não fizeram nada. Esse *support system*, esse sistema de apoio das instituições, que seja do ônibus, são fundamentais. Já vejo o encaminhamento disso, quando você cria um Coletivo está criando um sistema de apoio, porque nesse Coletivo vai ter a professora tal e essa professora é uma instituição, ela pertence a instituição. Vejo, no Brasil, esse caminho crescer. Não sei em que pé está, quais as conquistas que obtém exatamente com isso, mas acho importante, é um caminho muito evolutivo. Nesse cenário, não sei como fica agora com os Bolsonaros no poder, o quanto isso vai retrair, mas a tendência é crescer, é conquistarmos mais. Acho esse movimento importante. Vejo de forma positiva esses movimentos de denúncias sistemáticas e de Coletivo sendo criados. Em minha opinião, não deveria ter o Coletivo, pois a sociedade já deveria está organizada automaticamente para isso. Ou seja, o Coletivo ainda mostra um caminho de crescimento, fortalecimento, não estamos nesse processo de maturidade. Mas tudo bem, o processo é esse mesmo. Não havia isso há 20 anos, ou melhor, corrigindo: nós ainda matamos mulheres. Como a Brígida. E não foi só ela, no nosso caso, outro feminicidío foi de uma garota aluna do curso de Biologia. Ela terminou o namoro com um rapaz e foi morar com uma menina. Morreu. O ex chegou a casa dela e acho que deu um tiro na testa, uma coisa assim, porque ela o trocou por outra. Não sei se o havia traído, pelo que soube ela já tinha terminado com ele, mas ainda por cima ser objeto de chacota em um estado tão machista quanto a Paraíba... Enfim, por uma razão tão... Mas é isso, as conquistas vêm devagar. Se for comparar com 20 ou 30 anos atrás, acho que estão melhores.

LS: *Me inspirando um pouquinho nisso que você falou, que uma mulher que está em uma instituição, que é uma instituição que reforça o processo, como você veria o nosso papel como acadêmicas nesse processo?*

CCP: Acho fundamental, fundamental isso. Por exemplo, sei desse professor que faz isso, assedia, sei que esses alunos desistem. Gostaria que, de alguma forma, nem que fosse... Tudo bem, não faço parte do Coletivo, mas que esses alunos fossem procurar o Coletivo. Acho que temos que incorporar esse papel, temos que, em certa medida, comprar um pouco essa bandeira. Como falei, não vou levantar bandeira da criação de um espaço, mas se ele for criado, pois entendo que deveria ser levantado, assino embaixo. Se fosse necessário, eu entraria com um processo, compraria essa briga, desde que, obviamente, bem denunciada, bem documentada, com apoio... Mas eu, como instituição. Acho que temos que abraçar um pouco essa causa e não só as mulheres, mas as mulheres e os homens. No caso do meu departamento, nós temos três professores, em particular, que são muito... Um deles já faz um trabalho lindo nas comunidades carentes de projeto de paz, seria uma pessoa que rapidamente abraçaria essa causa. Não sei se ele participa do Coletivo, não tenho esse conhecimento, mas como é muito ativo nas comunidades carentes, na sociedade civil, na luta pelos negros... E tem um trabalho muito bonito do PUA, que é o Projeto Universidade em Ação, que tenta ir à comunidade carente para diminuir a violência lá com as crianças e possui relatos lindos. Portanto, já temos vários focos de trajetórias importantes de nossos professores. Para mim, é fundamental que abracemos como professores, pois somos um pouco a instituição. O que não quer dizer que sejamos o objeto ou de assédio, ou de machismo dentro da nossa própria instituição, mas vamos nos reafirmando e vivendo isso no dia a dia, como relatei do professor que me interrompia e fui lá e o desconstrui. É importante fazermos isso, é fundamental, mas lentamente. Realmente acho que somos a instituição, só que não vi isso se transformar em nada positivo, não vi alunos denunciarem esse professor que sei que assedia. Essa transformação, essa chave, ainda não consegui assistir. Seria muito bom conseguir.

LS: *Você já enfrentou situações difíceis por ser mulher no exercício da sua profissão além dessas que relatou? Se quiser aprofundar as mesmas ou contar outras.*

CCP: Na profissão nem tanto, no dia a dia da Paraíba constantemente. Na vida pessoal é tanta história que já é uma lista. E tenho certeza que pelo fato de morar sozinha, não tem homem na minha casa, sou objeto de violência. Já fui várias vezes no meu bairro, os meus vizinhos gritaram comigo, mas no trabalho... Não sei se é a posição que tomo no ambiente de trabalho, pois sou meio grossa, apesar de que estou mais calma nos últimos quatro anos. Se sou objeto de alguma questão, não noto, não registrei. Há apenas besteiras, coisas do tipo: submeti artigo, não consegui publicar e vem um cara e diz: "Poxa, mas nem eu consigo publicar lá". Ele é tão brilhante assim que se ele não publica quem sou eu para publicar? Mas isso é besteira. Mistura um pouco com o ego, com se achar... Pode ser misógino? Pode, sei lá. Diluo isso, acho tão tolo. Não se transforma em raiva, nem nada. É o que falei, por exemplo, no Ineu. Apesar de fazer uma proposta e sentir que eles nem registram a minha fala – e tenho certeza de que é porque sou mulher –, isso não se constitui em perda. Seria diferente se não recebesse a bolsa, mas isso não acontece, não sinto. Uma coisa é a fala, a mulher, outra coisa são as regras institucionais se virarem contra você por uma razão de misoginia.

LS: *O questionário se encerrou, mas gostaria de saber se você quer fazer algum comentário para registrar?*

CCP: Gostaria de comentar duas coisas. Primeiro parabenizar pela iniciativa, por isso me coloquei à disposição para participar e, segundo, registrar que na Abri [Associação Brasileira de Relações Internacionais] esse movimento está acontecendo também, a mesma coisa. A Abri desse ano, que chamamos de "Abrinha", brincando com o termo, foi uma Abri com dimensão menor por ser só um seminário, foi em Foz do Iguaçu, mas a Abri do ano passado, que foi em Belo Horizonte, houve a primeira... Não existia essa grande área de feminismo e gênero nas Relações Internacionais, então o coletivo de mulheres e apoiadores começaram a organizar e houve uma grande mesa redonda, uma grande palestra e foi muito bem reforçada, porque a Abri ainda tem esses *gaps*, por exemplo, não há uma área de Direitos Humanos na Abri, o que fica meio estranho, porque Direitos Humanos em Relações Internacionais é uma temática tão clássica, vamos dizer assim. Tem política externa brasileira, segurança, mas não tem Direitos Humanos. E não tem feminismo, por isso elas se organizaram e conseguiram de uma tal forma, não só elas na verdade, houve um apoio, uma recepção tão positiva de um movimento de quatro anos, mais ou menos, que na próxima Abri terá a subárea gênero em Relações Internacionais. Vejo isso muito positivamente. Nós também temos nos organizado para colocar essas questões. Não falei muito de cotas, pois não sei onde tem. Cotas de que estão pensando? Cotas de mulheres para vagas de concursos?

LS: *De mulheres e as demais. Como o foco é gênero, pode ser de transsexuais, LGBT... Não vemos isso nas nossas instituições. Cotas raciais e para deficientes nós temos.*

CCP: No caso, nós só temos para deficientes. Vejo isso muito forte no nível dos alunos ainda, não no nível dos concursos públicos para professor. No nível dos alunos, a UEPB trabalha com 50% para colégio público. É interessantíssimo o processo. No curso de Relações Internacionais, como é um curso que usa muito o inglês, temos o núcleo de línguas que é gratuito. Brinco, parece que é racista o que vou falar, mas vemos que a faixa escura da sala some, o que me deixa muito triste. Solto umas piadinhas que, às vezes, pode soar racista ou preconceituosa, mas não é. Brinco que, às vezes, tem o Rio Grande separando – o Rio Grande não separa nada, ele sai do México, entra nos Estados Unidos poluído e depois os mexicanos saem com cólera, hepatite, doenças decorrentes desse contato.

Assisto as cotas serem levemente esvaziadas, porque a faculdade não dá um sistema de apoio para essas pessoas, mas – e acho esse registro importante – também assisto esses alunos, um ou dois, chegarem à reta final e é lindo de ver! Lindo de ver como conseguem. Tenho, recentemente, um caso de um menino que veio me procurar para o TCC [Trabalho de Conclusão de Curso]. Dei aula para ele no P1 [primeiro período], ele não sabia ler e escrever, era semianalfabeto, e quatro anos depois... Ou seja, ele foi mais lentamente que os outros. Dei aula para ele no P4 [quarto período] e quando olhei a sua prova não acreditei que fosse o mesmo aluno, Jordi Lamarck. Não sou de elogiar publicamente, pelo contrário, e o elogiei. Achei lindo, quase choro aqui, ele veio me procurar para o TCC. Ver essa evolução, ver que fazemos essa diferença no aluno... De vez em quando, esse aluno de cota chega ao final e produz um efeito. Imagina a família dele? Tenho outro caso, o João Paulo, que não é tão triste, tão fraco, o *gap* não era tão grande, mas hoje é secretário da educação no município dele. A UEPB produz esses efeitos, ela pega a periferia, esses alunos fracos, e de vez em quando eles conseguem galgar esse espaço, conseguem chegar lá. É lindo! Acho lindo! Para mim, a nossa função de professor é atingida em sua plenitude. Conseguimos pegar aquele garoto ali e transformar a realidade em seu entorno. Ele volta para a sua cidade e vai ser secretário da educação! Tudo bem, vai ganhar 3 mil reais, porque o município é quebrado, todo município na Paraíba é pobre, mas ele vai produzir um efeito... Esse nosso efeito multiplicador que sentimos muito pouco. Lindo, absolutamente lindo. É devagarzinho. Não vejo as cotas ainda nos concursos, só para deficiente físico, e para professores praticamente não aparece, é zero, pois só é uma vaga, como fica? Mas vemos isso nas universidades, fico emocionada e maravilhada com isso, maravilhada.

LS: *Temos cotas regionais e para mulheres em editais de bolsas de pesquisa. Se quiser fazer algum comentário.*

CCP: Não, nem sabia disso.

LS: *Tem em alguns editais, não das nossas agências, mas de algumas organizações internacionais que são regionais e para mulheres.*

CCP: O que fiz um dia desses, até porque Bolsonaros estão vindos, então o discurso da igualdade liberal vai dominar, resolvi fazer aquela... Existe um exercício que você faz, que tem na internet, em que você põe os alunos no fim da sala, no caso do vídeo em um campo de futebol, e você vai fazendo as perguntas: quem já teve tal, quem só estudou em colégio particular, quem nunca passou fome, quem teve casa própria – para quem nunca teve preocupação com aluguel. Tem sete ou oito perguntas que você faz e a pessoa vai avançando, quem não teve nada disso não avança e, obviamente, o fundo fica escuro, os tons de marrom ficam evidentes, é muito triste. Achei interessantíssimo e fiz isso agora – porque ia começar uma aula de marxismo e achava legal trazer um pouco isso para quebrar com o pensamento de igualdade do liberalismo – e à medida que fui aplicando os critérios do governo do PT – falei para eles que aquilo não era para ser só do PT, espero que continuem alguns –, no caso, ganhou benefício de bolsa família e fui colocando. Algumas dessas pessoas que estavam coladas atrás foram dando passos e como ocorre no vídeo, o rostinho foi se transformando, foram ficando felizes, e alguns deles não igualaram aos brancos, mas ficaram bem pertinho – como a sala não tinha muito espaço, tive que fazer um passo, mas no vídeo eram dois passos e os dois passos são legais, pois aumentam a desigualdade – e teve uma que não saiu lá do fundo, a Mayla, que é, obviamente, negra. Terminou a atividade e ela não saiu do fundo, não saiu. E ela falou: "É, professora, eu não saí daqui" ao que respondi: "É, mas tu estás na universidade, isso que interessa". Para mim, não importa que ela não tenha saído de lá, o que importa é que está aqui na UEPB e é uma aluna boa. Uma noite dessas – ela faz aula à noite, obviamente, e mora em Santa Rita –, fui dar aula, foi a última prova, e vi os grupos de alunos, eles vão em grupos para os locais, e

ela foi sozinha para o ponto de ônibus e já era nove e quarenta da noite. Perguntei para onde ela estava indo, ela disse que pegaria um ônibus e falei que não, que a deixaria em casa. Ela disse que morava em Santa Rita e falei que tudo bem, mas ela não queria que a levasse em casa e ficou aquela briga. Santa Rita, para mim, de carro, é ali, quarenta minutos. Chego em casa cansada sim, mas o que importa? A menina vai até o terminal, depois até Santa Rita sozinha? Ela me explicou que pegava um ônibus da prefeitura com um grupo de amigos no terminal de ônibus da cidade, então a levei até o terminal e só saí de lá quando chegaram os amigos dela. Vou deixar a menina sozinha lá? Faço esse tipo de coisa, imagina se acontece alguma coisa com ela no ônibus? Elas acham normal e vão, mas acho horroroso, fico apavorada com isso. Faço esse tipo de coisa porque sei que para essa Mayla, a nossa postura, o nosso posicionamento, a nossa ajuda, o nosso braço, a UEPB terá um impacto diferente para ela. Os outros não, os outros estão pensando em onde fazer o mestrado, no pai que vai à Europa esse ano, há esses grupos em que as dificuldades são bem menores e, para ela, tudo aquilo ali é uma batalha. Portanto, vamos tentando minimizar um pouco isso. Mas ela está na universidade e é uma ótima aluna. Acho isso muito legal, são muito interessantes esses impactos.

LS: *Te agradeço muito, foi muito agradável. É bom poder refletir vendo o seu ponto de vista.*